



## ORÇAMENTO 2020

Tendo em vista a satisfação das necessidades do concelho de Celorico da Beira, torna-se imperativa uma previsão anual das despesas a efetuar e das receitas a arrecadar pelo Município de acordo com os princípios legais vigentes. É da responsabilidade da Câmara Municipal através do seu Órgão Executivo, a elaboração de documentos previsionais (Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal) assentes no princípio da autonomia financeira e administrativa dos municípios, devendo estes ser aprovados pelo Executivo e submetidos à Assembleia Municipal para votação até 31 de Outubro de cada ano, conforme o disposto no n.º 1 do art.º 45º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro (Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - RFALEI).

O Orçamento é um documento contabilístico que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do concelho no curto e no médio e longo prazo, estando refletidos no mesmo todos os encargos previstos para o ano a que diz respeito, bem como as receitas para cobrir essas mesmas despesas de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental previsto no RFALEI. Estão refletidas nas Grandes Opções do Plano (GOP's) todas despesas do Município, ou seja todas as rubricas orçamentais genéricas estão previstas nas GOP's, para além dos projetos específicos que normalmente as compõem. Esta opção permite facilitar a leitura do orçamento através de um único mapa, bem como permite prever valores plurianuais para todas as rubricas da despesa.

A situação financeira do Município de Celorico da Beira ao longo de vários anos obrigou a que o Município recorresse aos mecanismos de recuperação financeira previstos na lei, nomeadamente o saneamento financeiro nos termos do art. 58.º do RFALEI. A Assembleia Municipal aprovou a 14 de setembro de 2017 um plano de saneamento financeiro no valor de 11.592.670,82€, que visava liquidar dívida em atraso através da contração de empréstimos, e que estabelecia os limites orçamentais do Município para um período de 14 anos. Os empréstimos em causa receberam visto do Tribunal de Contas a 7 de junho de 2018, tendo sido os montantes já utilizados,



pelo que o Município está obrigado ao cumprimento do estipulado no plano de saneamento financeiro e a apresentar relatórios semestrais sobre a sua execução à Assembleia Municipal. Assim, o orçamento agora apresentado tem em consideração os princípios previstos nesse mesmo plano, nomeadamente os limites à receita e despesa, sendo estes valores ultrapassados apenas nas situações devidamente fundamentadas tais como imposições legais (como é o exemplo das imposições dos orçamentos de estado), ou obtenção de receitas adicionais (tais como projetos financiados por fundos comunitários).

As GOP's são a junção de outros dois mapas orçamentais, as Atividades Mais Relevantes (AMR's) e o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), sendo o PPI o mapa onde apenas constam despesas de capital, nomeadamente os investimentos relacionados com aquisição de património para o Município onde se inclui por exemplo as obras e equipamento variado. O orçamento e o respetivo plano plurianual de investimentos (PPI) agora apresentados apresentam um grande valor de investimentos financiados por fundos comunitários, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores. Esses investimentos resultam de diversas candidaturas apresentadas no âmbito do Portugal 2020. O PPI prevê para 2020 cerca de um milhão de euros de investimentos cofinanciados, sendo a maior parte dos projetos financiados a 85%, projetos esses que serão detalhados mais à frente aquando da análise da despesa. A execução destes projetos está dependente da aprovação das respetivas candidaturas, e dos fundos disponíveis do Município para assumir as respetivas componentes nacionais nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Assim sendo, apresenta-se por este meio o Orçamento do Município de Celorico da Beira para vigorar em 2020, elaborado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e pelos Decretos-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e n.º 84-A/2002 de 5 de Abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro. No que respeita às classificações económicas, estas têm como base de especificação o classificador económico das receitas e despesas públicas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, com as suas devidas alterações. Relativamente às classificações



orgânicas considerou-se o disposto no ponto 2.3.2. do POCAL e no Ofício Circular n.º 6 de 2002.03.19 da Direção Geral das Autarquias Locais, optando-se por não aplicar o classificador orgânico criando-se apenas dois órgãos, “01- Assembleia Municipal” e “02 - Câmara Municipal”, à semelhança do aplicado nos orçamentos dos anos anteriores. No cumprimento dos princípios orçamentais determinados pelo POCAL, pelo RFALEI e pela Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto), apresenta-se um orçamento único e anual, que contém a previsão de todas as receitas e despesas esperadas para o ano civil de 2020.

De acordo com o art.º 44º do RFALEI, os municípios deveriam apresentar um quadro plurianual de programação orçamental, que deveria definir as receitas e despesas para os quatro exercícios seguintes, mas no entanto de acordo com a circular nº 82/2016 da ANMP alusivo à circular n.º 108/2014, o referido quadro plurianual carece de regulamentação específica que ainda não existe, pelo que não estão criadas as condições para o cumprimento do art.º 44º da Lei das Finanças Locais. De qualquer modo, com a aprovação do plano de saneamento financeiro, estão definidos os valores orçamentais para os anos seguintes.

Apesar de para 2020 estar prevista a introdução de um novo sistema contabilístico (SNC-AP) que irá substituir o POCAL, que prevê novos mapas orçamentais, a DGAL informou os municípios que a preparação dos documentos orçamentais para o próximo ano deverá ser elaborada nos moldes do POCAL, e posteriormente convertidos ao SNC-AP a partir de 01-01-2020. Isto implicará que a informação relativa às execuções orçamentais do próximo ano será feita através de outros mapas, mas que os dados e valores orçamentais iniciais serão os aprovados em 2019.

No orçamento para 2020 à semelhança do ano anterior existem algumas dívidas antigas pendentes, que não puderam ser pagas através do saneamento financeiro. Dentro das dívidas por liquidar deve-se salientar uma no montante aproximando de quinhentos e vinte mil euros à empresa “Águas do Vale do Tejo S.A.”, dívidas essas que não puderam ser incluídas no saneamento financeiro, mas que foram alvo de negociação com a empresa e com o Ministério do Ambiente, tendo sido



assinado um acordo de regularização de dívida a 25 anos, sendo que os respetivos valores em dívida deverão ser diferidos pelo período do acordo. Esta dívida apesar de refletida na sua totalidade nos balanços, apenas tem impacto orçamental no valor a pagar em cada ano. Assim os valores apresentados no orçamento refletem essencialmente a execução que se espera para 2020, tendo como objetivo a execução de pelo menos 85% da receita e da despesa de modo a cumprir com o definido no n.º3 do art. 56.º do RFALEI. Seguidamente será dada uma breve explicação dos critérios utilizados para as previsões da receita e despesa sendo apresentados quadros resumo, que irão discriminar os montantes das receitas e despesas de 2020, bem como o montante da dívida, para uma melhor análise.

### Receitas

No que diz respeito às receitas, as mesmas foram calculadas de acordo com média dos últimos 24 meses e também de acordo com as previsões de receita cobrada incluídas plano de saneamento financeiro. As únicas receitas previstas no orçamento que não estão dentro dos limites do plano de saneamento, são essencialmente as receitas dos financiamentos comunitários que variam consoante os investimentos. As transferências estatais previstas são as mesmas de 2019 visto que à presente data ainda não existem valores disponíveis relativos ao Orçamento de Estado para 2020 (OE 2020)

, sendo os valores considerados os seguintes:

	FEF			FSM	IRS	n.º3 art.º 35 RFALEI
	Corrente	Capital	Total FEF			
<b>2020</b>	4.880.831	542.315	5.423.146	153.723	119.450	408.929

No decorrer de 2020, caso haja grande divergência face estas previsões, dever-se-á atualizar o valor do orçamento do Município conforme o disposto no OE 2020.

Relativamente às taxas prevê-se isenções de taxas até ao montante 30.000€, de modo a não comprometer o equilíbrio orçamental previsto, devendo esse limite ficar definido com a aprovação deste orçamento em Assembleia.



Em 2020 dever-se-á também realizar uma revisão orçamental para transitar o saldo orçamental de 2019, que constituirá uma eventual receita adicional, mas que só poderá ser tida em consideração após o encerramento das contas de 2019. Esta transição do saldo de 2019 para 2020, permitirá reforçar algumas rubricas de despesa.

Os fundos comunitários a receber foram calculados de acordo com as comparticipações a atribuir nas candidaturas que se prevê que sejam aprovadas e/ou executadas. Aquando da análise da despesa serão discriminados os valores mais relevantes de receita por projeto.

Assim, em resumo temos as seguintes previsões de receita:

<b>Receita</b>	<b>Ano 2020</b>
Impostos diretos	1.353.568 €
Impostos indiretos	17.906 €
Taxas, multas e outras penalidades	104.556 €
Rendimentos de propriedade	183 €
Transferências Correntes	5.723.301 €
Venda de bens e serviços correntes	1.667.784 €
Outras receitas correntes	24.909 €
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>8.892.207€</b>
Vendas de bens de investimento	80 €
Transferências de capital	1.887.275€
Passivos Financeiros	0 €
Outras receitas de capital	7.940 €
Reposições não abatidas nos pagamentos	662 €
<b>Total das Receitas Capital</b>	<b>1.885.957€</b>
<b>Total</b>	<b>10.778.164 €</b>



## **Despesas**

Relativamente às despesas correntes, as relativas a bens e serviços foram calculadas tendo em conta a média da despesa dos últimos doze meses (tendo por base as despesas de setembro de 2018 a setembro de 2019), à exceção das situações cujas despesas estão previstas em contratos, protocolos e acordos onde se previu as despesas dos compromissos plurianuais. Os encargos com juros foram calculados de acordo com dados fornecidos pelas instituições bancárias, bem como uma estimativa para eventuais juros moratórios de deverá ser ajustada ao longo do ano de 2020. As rubricas de despesas com pessoal foram dotadas tendo em conta o Mapa de Pessoal para 2020 elaborado pela Secção de Recursos Humanos, que também deverá ser aprovado pelo Executivo e remetido à Assembleia Municipal. Estão previstas igualmente despesas correntes com os diversos eventos a realizar em 2020, com base nas informações fornecidas pelas diversas secções do Município. As transferências foram orçamentadas de acordo com valores a transferir para associações, apoios a conceder a particulares tais como bolsas de estudo, programas ocupacionais cofinanciados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e programa PEPAL.

As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a diversos projetos a decorrer, custos com empréstimos, bem como de acordo com as obras a que o Executivo se propõe a realizar em 2020 e anos seguintes, podendo estas rubricas ser verificadas no Plano Plurianual de Investimentos, sendo que a grande parte das despesas só serão realizadas se as mesmas forem efetivamente cofinanciadas por fundos comunitários.

Dentro das obras que o Município se propõe a realizar em 2020, deve-se salientar a continuidade face a 2019, nomeadamente na prioridade aos investimentos na área da educação, de onde se destaca a requalificação da Escola EB 2/3 Sacadura Cabral, cujo investimento previsto totaliza 2.262.730,20€ até 2022. Estão também previstos para 2021 e 2022 investimentos na Escola EB1 da Lajeosa do Mondego e no Jardim de Infância de Stª Luzia. Também está previsto para 2020 investimento em mais ETAR's caso os financiamentos comunitários sejam aprovados, bem como estão previstos investimentos na eficiência energética nas Piscinas Municipais, na requalificação do Castelo de Celorico da Beira, continuação dos investimentos em



Linhares da Beira no que diz respeito às acessibilidades e acesso Wi-Fi à internet. Está também previsto um montante de 80.000€ de transferências de capital para as freguesias mediante competências a atribuir às mesmas.

Em resumo, destacam-se no PPI em 2020 os seguintes investimentos cofinanciados com fundos comunitários:

Projeto	Taxa Fin.	Investimento 2020	Valor FEDER
Reconstrução EB 2/3 Sacadura Cabral	92,5%	321.131,50	297.046,64
Plano de eficiência energética Beiras e Serra da Estrela - Piscinas	85%	205.882,36	175.000,01
Alteração e ampliação de edifício e acesso ao castelo	85%	275.146,85	233.874,82
ITP - Redes de comunicação de apoio ao turismo	85%	40.251,25	34.213,56
Associação Aldeias Históricas de Portugal - Redes Wifi Smart Lands	85%	61.634,40	52.389,24
Associação Aldeias Históricas de Portugal - Turismo Acessível	85%	77.750,00	66.087,50
		<b>981.796,36</b>	<b>858.611,77</b>

Para além destes investimentos, existem outros projetos cofinanciados a realizar em parceria com a Associação de Municípios da Cova da Beira, Associação das Aldeias Históricas de Portugal, Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha e com a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, cujas dotações podem ser consultadas nas grandes opções do plano.

As despesas com empréstimos resultam dos mapas previsionais disponibilizados pelas diversas entidades bancárias. Nas despesas de capital estão ainda incluídos os valores relativos a bens a adquirir e transferências de capital a conceder (subsídios). As despesas de capital incluem o montante de 16.150€ nos ativos financeiros, relativo à contribuição prevista do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), conforme o disposto no n.º1 do art.º 17.º da Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto.

Tendo em conta a conjuntura económica atual, e à semelhança dos anos anteriores, para 2020 estão previstas diversas ações de carácter social, que visarão o acompanhamento da situação de municípios em situação económica precária. Mediante as informações obtidas através do Gabinete de Ação Social, serão analisadas as medidas necessárias para auxiliar os municípios em dificuldades, que



poderão ser de apoio financeiro, apoio habitacional, sendo de destacar neste âmbito o programa de apoio ao acesso à habitação “1º Direito”.

Assim, em termos de despesa temos as seguintes previsões:

<b>Despesa</b>	<b>Ano 2020</b>
Pessoal	4.069.273 €
Aquisição de Bens e Serviços	2.786.450 €
Juros e outros encargos financeiros	349.337 €
Transferências Correntes	247.824 €
Subsídios	25.000 €
Outras despesas correntes	79.812 €
<b>Despesas Correntes</b>	<b>7.557.696 €</b>
Aquisição de bens de capital	1.301.919 €
Transferências de capital	173.275 €
Ativos financeiros	16.150 €
Passivos financeiros	1.311.613 €
Outras despesas de capital	117.511 €
<b>Despesas de capital</b>	<b>3.220.468 €</b>
<b>Total</b>	<b>10.778.164€</b>

O orçamento a aprovar para 2020 tem um valor global de 10.778.164€, inferior em cerca de 2.020.375€ face ao orçamento inicial de 2019, esta redução face ao ano anterior deve-se essencialmente ao facto de haver algumas limitações ao nível da receita nomeadamente na aprovação de financiamento comunitário de alguns projetos, bem como resulta da necessidade de adaptar o orçamento à real capacidade do Município em executar grandes projetos de investimento.

O princípio do equilíbrio orçamental de acordo com o RFALEI também estabelece limites à despesa, já que as receitas correntes têm de cobrir as despesas correntes e as amortizações dos empréstimos, sendo que para 2020 temos os seguintes valores:

<b>1 - Receitas Correntes</b>	8.892.207
<b>2 - Despesas Correntes</b>	7.557.696
<b>3 - Amortizações médias</b>	1.295.051
<b>Total (1-2-3)</b>	<b>39.459</b>





Tendo em consideração estes valores, podemos concluir que o orçamento para 2020 cumpre com o princípio de equilíbrio orçamental imposto pelo RFALEI, devendo esse equilíbrio ser mantido ao longo da execução orçamental.

As dotações orçamentais da despesa foram calculadas de modo suportar a eventual dívida que poderá transitar para 2020, mas poderão estar sujeitas a alterações conforme o decorrer da atividade do Município até ao final do ano de 2019, pelo que o montante exato de dívida a transitar para 2020 só será efetivamente conhecido no início do próximo ano. Nessa altura poderá ter que se realizar uma alteração orçamental de modo a ajustar os valores de algumas rubricas para garantir a transição de toda a dívida. Todos os projetos relevantes estão discriminados no Plano Plurianual de Investimentos, bem como no mapa das Atividades Mais Relevantes, que em conjunto constituem as Grandes Opções do Plano, cujos mapas estão anexos ao Orçamento.

Este orçamento tenta de uma forma equilibrada e ponderada prever a atividade do Município em 2020 numa perspetiva de continuidade. As restrições orçamentais continuam a limitar a atividade do Município devendo-se ter em consideração o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, bem como as imposições legais. As restrições orçamentais atrás mencionadas prendem-se essencialmente com a falta de receitas correntes. À semelhança do que acontece com diversos municípios do interior, as receitas correntes do Município são provenientes essencialmente dos impostos (IMI, IMT, etc.), da venda de água aos munícipes e das receitas estatais. Qualquer pequena variação nestas receitas tem um grande impacto na capacidade do Município executar os orçamentos e cumprir com as normas legais no que diz respeito ao equilíbrio orçamental. Face a esta situação a elaboração dos orçamentos não deve ultrapassar a capacidade real do Município, sob pena de incumprimento das normas legais em vigor. Assim, o objetivo orçamental para 2020 é conseguir uma execução superior a 85% tanto na receita como na despesa, não só pela imposição legal, como também para garantir que os projetos previstos no orçamento são realmente executados e para garantir a redução do endividamento da autarquia através da amortização dos empréstimos nos termos do plano de saneamento financeiro.

De uma maneira geral e à semelhança do ano anterior é evidente a aposta na educação, na poupança de recursos e na conservação do património, que absorvem a



maior parte do investimento previsto. Deve-se no entanto ter em consideração que o orçamento não é um documento estático e que poderá ser adaptado às reais necessidades do Município no decorrer de 2020, pelo que está sujeito a alterações e revisões. Existem assim diversos projetos que estão ser analisados pelo Executivo em diversas áreas de atuação, que poderão ser incorporados no orçamento no decorrer de 2020 caso haja possibilidade dentro dos limites orçamentais.

Face ao exposto anteriormente, o Orçamento e Grandes Opções do Plano, bem como o Mapa de Pessoal de 2020, deverão ser aprovados em reunião de Executivo e posteriormente remetidas à Assembleia Municipal nos termos da lei em vigor.

O Presidente da Câmara

---

Carlos Manuel Fonseca Ascensão (Dr.)